

# SALVADOR

salvador@gp.atarde.com.br

REGIÃO METROPOLITANA

**INVESTIGAÇÃO** Escultura do MAM avaliada em R\$ 20 mil é furtada

www.atarde.com.br

**POSTOS** Estado, deputado e prefeitura travam debate sobre liberação técnica

## Polêmica com alvarás atrasa obras na área da Saúde

ROY ROGERES  
A TARDE SP

Um imbróglio envolvendo trocas de acusações entre, de um lado, um deputado estadual e a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) e, do outro, a prefeitura da capital, está retardando a construção de postos de saúde para atendimento da população.

No centro da polêmica estão alvarás que permitem o início das obras de construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em Salvador.

O deputado estadual Alex Lima (PSB) reclama que a prefeitura estaria bloqueando os alvarás que permitem o início das obras dos postos na capital, além de criticar a atuação do município em relação a cobertura do Programa Saúde da Família.

A Sesab, por meio de nota, confirmou as declarações do parlamentar e alegou ter apresentado os projetos e a documentação necessários

para a liberação das licenças municipais.

Também por meio de nota, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Sedur) argumenta não procederem as reclamações: "Todos os pedidos feitos estão sendo analisados devidamente. Apenas um deles foi indeferido em razão da ausência da apresentação de prova da propriedade da área".

De acordo com a Sedur, no dia 9 de abril deste ano o Estado abriu quatro processos para a construção de um posto no IAPI (processo 17.047), em Itapuã (17.044), San Martin (17.040) e Imbuí (17.048).

"No caso do Imbuí, o procedimento foi indeferido no mesmo dia, sob a justificativa de que, no local, a prefeitura vai implantar uma nova escola municipal", informa a nota da Sedur.

Segundo a pasta, os outros três processos para a implantação de postos no IAPI,



Obra de um posto parada no Imbuí: desentendimento entre Estado e prefeitura

Itapuã e na San Martin estão em fase de convite (termo técnico utilizado quando há necessidade de instrução processual por parte do requerente, em função de alguma pendência).

### "Manobras"

Para o deputado Alex Lima as justificativas da secreta-

ria não convencem pois, após um mês da assinatura das ordens de serviço, as construtoras responsáveis seguem impossibilitadas de avançar nas obras por conta de "manobras da prefeitura", o que se refletiria na crise da saúde local.

"As UBSs em Itapuã, Pirajá, San Martin, IAPI e Imbuí, as-

sim como o CAPS da Boca do Rio e a Academia de Saúde já deviam ter sido iniciadas, mas a prefeitura prefere atrapalhar quem mais trabalha por Salvador e deixar a população sofrendo em busca de atendimento", disparou o parlamentar.

O deputado disse que a prefeitura estaria, "desde

sempre", dificultando e estabelecendo uma "picuinha política" com o governo do estado. "Sem nenhuma necessidade, assim foi com as obras das passarelas no trajeto do metrô. Em toda ação que o governo do estado tenta fazer em Salvador, a prefeitura se comporta dessa forma", acusou Lima.

De acordo com a Sesab, os investimentos ultrapassam R\$ 50 milhões e foram apresentados projetos e documentação para a liberação dos alvarás. E que todos os terrenos foram escolhidos em comum acordo com os gestores municipais.

"Causou estranheza a manifestação da Sedur de que as unidades do Imbuí e IAPI, por exemplo, cujos terrenos pertencem ao Município e foram indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, não estariam aptos para construção", acrescentou a Sesab.

No caso do IAPI, a Sedur respondeu que o convite teria sido realizado desde o dia 10 de maio, e que aguarda que a Sesab apresente documento de propriedade da área em questão.

Em Itapuã, a secretaria diz esperar, "desde 4 de maio, respostas a problemas de natureza técnica referentes à planta do projeto". Na San Martin, "não há licença ambiental para a supressão de árvores e já houve um segundo convite em 16 de maio - o primeiro, sem resposta, foi enviado em 24 de abril".

Já o Caps em Jardim Armação foi embargado 18 de abril por falta de alvará. "Mesmo assim, o Estado continuou a obra e novo embargo foi feito dia 11/05".

### IMPASSE

## Micro-ônibus do Stec vão rodar durante paralisação

GABRIEL ANDRADE\*

Diante da paralisação por falta de acordo entre rodoviários e representantes do Consórcio Integra, o titular da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob), Fábio Mota, afirmou que cerca de 300 micro-ônibus do Subsistema de Transporte Especial Complementar (Stec) vão rodar na capital baiana durante a paralisação que ocorrerá amanhã.

O plano inicial, de acordo com Mota, era utilizar os ônibus metropolitanos que entram na capital, entretanto os rodoviários da região metropolitana de Salvador (RMS) também decidiram aderir ao movimento.

A prioridade da Semob, ainda conforme Mota, é prevenir que uma greve maior aconteça, já que a categoria afirmou que, se não houver acordo com a Integra, vão paralisar por tempo indeter-

minado.

A previsão é começar a greve a partir de terça-feira. "Estamos caminhando para uma proposta, mas até o momento não há nenhuma", explicou o secretário.

Uma mediação entre os trabalhadores e a empresa com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) está marcada para a próxima segunda-feira. O sindicato exige 6% de reajuste na remuneração e aumento de 10% no tickete.

### Corte

O consórcio Integra afirma que não foi avisado oficialmente da paralisação pelo sindicato e que vai realizar o desconto no salário dos funcionários pelo dia não trabalhado.

"Não temos como garantir um percentual mínimo, isso é com o sindicato. Para a empresa é um dia como outro qualquer, estaremos dispo-



## Sindicato exige 6% de reajuste na remuneração e aumento de 10% no tickete

níveis para quem quiser vir trabalhar", afirma o assessor de relações sindicais da Integra, Jorge Castro.

Ele salientou ainda que, se houver uma greve na terça-feira, a frota mínima vai ser definida pela Justiça. O vice-presidente do Sindicato dos Rodoviários, Fábio Primo, afirmou que o grupo

escolheu parar no domingo justamente por ser um dia com menos movimento na cidade e assim atrapalhar menos a população.

Primo também esclareceu que não existe mais possibilidade de a categoria voltar atrás. "Não existe mais nenhuma chance de evitar. A paralisação foi aprovada

### Veículos do sistema complementar serão uma alternativa

em assembleia, não podemos passar por cima da decisão dos trabalhadores. O que agora vai ser discutido é a greve de terça-feira", salientou o vice-presidente.

Rodoviários chegaram a realizar uma paralisação parcial na última quarta-feira, quando os ônibus do consórcio OT Trans (Integra verde) saíram da garagem às 8h. Durante o ato, cerca de 900 coletivos que atendem ao "miolo" da cidade foram afetados.

Os demais ônibus dos consórcios Plataforma (Integra amarela) e Consórcio Salvador Norte (Integra azul) não foram afetados pela manifestação.

A categoria está em campanha salarial há cerca de 60 dias. A empresa alega não ter condições de arcar com custos adicionais.

\* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

### LUTA ANTIMANICOMIAL

## Entidades criticam portaria sobre a área de saúde mental

ANDERSON SOTERO

Uma sessão especial na Câmara Municipal de Salvador debateu, ontem, a Portaria 3.588/2017, do Ministério da Saúde (MS), sobre a política pública da área de saúde mental, considerada por representantes de entidades baianas "um retrocesso por estimular os hospitais psiquiátricos".

Para o MS, trata-se de estratégia para "fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial

(RAPs)", serviços para pessoas com demandas decorrentes dos transtornos mentais, mas que recebeu críticas no debate.

Para a socióloga Graziella Barreiros, nos últimos 30 anos a rede tem sido estimulada em substituição aos manicômios que, para ela, "causam mais sofrimento do que cuidam".

Presidente da Associação Metamorfose Ambulante (Amea), Eduardo Calliga já usou a rede. "Ninguém deve

ficar trancado em manicômio. Tem que ter portas abertas, com o direito de ir e vir", argumentou.

Na opinião da diretora da gestão do cuidado da Secretaria Estadual da Saúde, Liliane Silveira, a Portaria 3.588/2017 "é um retrocesso", enquanto o coordenador da rede de atenção psicossocial da Secretaria Municipal da Saúde, Allan Carneiro, ponderou que é preciso debater a portaria, "ainda pouco conhecida".



### Sessão especial com a temática teve ontem a 14ª edição

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB), que propôs o encontro, em parceria com a Amea e o Papo de Mulher - Associação de Mulheres Usuárias de Serviços de Saúde Mental e o Coletivo Baiano Antimanicomial, lembrou que esta é a 14ª edição da sessão especial, que visa fazer um balanço da Lei 10.216 (antimanicomial).

O Ministério da Saúde foi procurado, mas, até o fechamento deste edição, não deu retorno.